



DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 127 do Regimento Interno, determino que a proposição tramite no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Criança, Adolescente e Juventude

Rio Branco, 29 de julho de 2025.

Vereador LEÔNCIO CASTRO

Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco, em exercício





DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relator do Projeto de Lei nº 85/2025, de autoria do Vereador Zé Lopes, o **Vereador André Kamai**.

Rio Branco, 14 de agosto de 2025

Vereador AIACHE Presidente da CCJRF

MANIFESTO CIÊNCIA

Vereador André Kamai Relator





PARECER N° 61/2025/CCJRF/CDHCCAJ

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL e a COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE apreciam o Projeto de Lei nº 85/2025.

Autoria: Vereador Zé Lopes

Relatoria: Vereador Samir Bestene

1. RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca do Projeto de Lei nº 85/2025, que "Proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressões de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas, e dá outras providências".

A essência da proposição legislativa consiste em vedar que a Administração Pública do Município de Rio Branco, realize a contratação, patrocínio ou apoio a shows, apresentações artísticas ou eventos destinados ao público infantojuvenil que contenham manifestações de apologia ao crime organizado, ao uso ou tráfico de drogas, ao porte ilegal de armas, à violência ou a outras condutas criminosas.

O parágrafo único do art. 1° do projeto busca definir o que se entende por apologia ao crime para os fins da lei.

Adicionalmente, o projeto estabelece a obrigatoriedade de inclusão de cláusula contratual impeditiva da veiculação de tais conteúdos, prevendo sanções severas em caso de descumprimento, que incluem a rescisão imediata do contrato, a aplicação de multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor contratual, a qual seria revertida ao Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, e a suspensão do direito de contratar com a Administração Pública Municipal por até 2 (dois) anos. A proposição também prevê mecanismos de denúncia por qualquer cidadão e atribui a fiscalização aos órgãos municipais competentes ou, mediante convênio, à Polícia Militar do Estado do Acre.

É o relatório.



2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 85/2025 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios (art. 30, I, da CF; art. 22, I, da CE e art. 10, I, da LO), consolidando a autonomia municipal para tratar de matérias que afetam diretamente o cotidiano e o bem-estar de sua população.

Quanto à iniciativa, não há vício, pois a matéria em questão não se enquadra nos arts. 36 e 58 da Lei Orgânica, podendo a iniciativa legislativa se dar por meio de vereador, bem como iniciativa popular.

Quanto à espécie normativa utilizada, percebe-se que a proposição não versa sobre matérias reservadas às leis complementares (art. 43, §1º, da LO), podendo ser veiculado por lei ordinária.

O Projeto de Lei n. 85/2025 se alinha aos mais elevados princípios e normas de proteção dos direitos da criança e do adolescente, consagrados no ordenamento jurídico pátrio. A Constituição Federal, em seu art. 227, estabelece um dever compartilhado entre família, sociedade e Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, um vasto rol de direitos, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, violência e opressão.

O projeto não impõe uma censura generalizada à produção artística, mas sim estabelece um critério para o dispêndio de recursos públicos, alinhando a atuação municipal com seu dever de proteção. O Município, ao financiar um evento, torna-se seu promotor e, como tal, tem a responsabilidade de zelar pelo conteúdo que oferece à população, especialmente ao público mais vulnerável.

Visando ao aprimoramento do texto legislativo, procede-se às seguintes emendas:

- a) Emenda substitutiva no Preâmbulo, substituindo "Câmara Municipal de Rio Branco, decreta" por "Câmara Municipal de Rio Branco aprovou".
- b) Emenda supressiva na Ementa, suprimindo a expressão "e dá outras providências".
- c) Emenda supressiva no Art. 2º, § 1º, II. Suprimindo o trecho final, passando a valer a seguinte redação:

"Art. 2º. § 1º. II - multa de 100% (cem por cento) do valor contratual;"

d) Emenda supressiva do § 3º do Art. 2º.

Página 2 de 3



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DIRETORIA LEGISLATIVA COMISSÕES TÉCNICAS



e) Observância do art. 11, inciso II, alínea "I", e do art. 12, inciso X, do Decreto n. 12.002/2024.

3. VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 85/2025, com as emendas sugeridas.

É como voto.

Submeto aos nobres pares.

Rio Branco, 18 de agosto de 2025.

Vereador SMIR BESTENE





CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº 85/2025, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF e na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Criança Adolescente e Juventude – CDHCCAJ.

É a verdade que certifico.

Rio Branco, 17 de setembro de 2025.

Williane Antonia Soares Pereira Coordenadora das Comissões Técnicas Portaria nº 64/2025

DESPACHO

Exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o **Projeto de Lei nº 85/2025** e seu respectivo parecer.

A ata com registro de votos será juntada pelo Setor de Redação Oficial.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco, 17 de setembro de 2025.

Williane Antonia Soares Pereira Coordenadora das Comissões Técnicas Portaria nº 64/2025

ACUSO RECE	BIMENTO, em
	/2025.
Diretoria	Legislativa